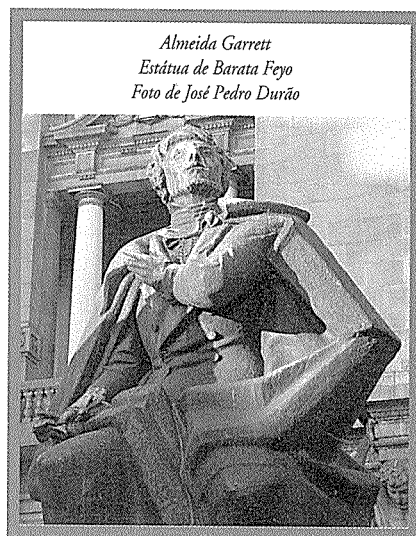


O TRIPEIRO

Fundado 1908



EDITORIAL	354
O CENTENÁRIO DE UMA TEMPORADA LÍRICA por: Maestro Manuel Ivo Cruz	355
ALMEIDA GARRETT – O Romântico que o «Velho Aldeão» teima em exilar por: Paulo Samuel	356
O HOSPITAL DA LAPA (1904-2004) OU A UTILIDADE SOCIAL DAS IRMANDADES por: Francisco Ribeiro da Silva	360
O NATAL NA ARTE ANTIGA (Património Municipal do Porto) por: Paula M. M. Leite Santos	364
AINDA PEDRO HOMEM DE MELLO (O Poeta do Porto) por: Pedro Saavedra	368
UM VELHO COMPANHEIRO DE PECADOS LITERÁRIOS por: João Bigotte Chorão	370
EMÍLIO DE AZEVEDO CAMPOS, SA COMEMORA 150 ANOS ASCENDENTES por: Cristina Moura Fonseca	372
NOS 120 ANOS DOS VINHOS BORGES por: C. M. F.	374
«FIGURAS DO PASSADO» Comandante Quelhas Lima por: Eduardo da Costa Soares	376
«CENTRO E PERIFERIA SÃO CONCEITOS ULTRAPASSADOS» Conferência do Arq. ^o Manuel Fernandes Sá sobre Urbanismo por: Cristina Moura Fonseca	379
COMUNICAÇÕES DOS LEITORES	380
VIDA CULTURAL	381
ACONTECEU HÁ 50 ANOS	383

NUCLEO DE PERIODICOS

PROPRIEDADE: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO

SEDE: Palácio da Bolsa – Rua Ferreira Borges • 4050-253 Porto
Teléf. 22 339 90 97 / 8 • Fax 22 339 90 77

ADMINISTRAÇÃO: Tomás A. Moreira
João Ruy Ribas dos Santos • Jorge Ribeiro

DIRECTOR: Francisco de Almeida e Sousa

REDACÇÃO: José Leão

RELAÇÕES EXTERIORES: Maria do Pilar Garcia

Depósito Legal n.º 11457/86 • ISSN 0041-3070
Registo no I.C.S. n.º 107643

Revista Mensal • Preço: 5 € • Assinatura Anual: 50 €

EXECUÇÃO GRÁFICA: UNIARTE GRÁFICA/PORTO

7.ª SÉRIE • ANO XXIII • NÚMERO 12 • Dezembro 2004

PATROCÍNIO: CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

FLUP-BIBLIOTECA ()



779323

008(05)
Tri.



O Hospital da Lapa (1904-2004) ou a utilidade social das Irmandades

Francisco Ribeiro da Silva

1 – ANTECEDENTES

Levantar um Hospital para tratamento dos irmãos enfermos, especialmente dos mais carecidos, foi uma aspiração antiga da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, canonicamente erecta no Porto em 1757, embora os seus primórdios remontem a 1755. Tal anseio tornou-se vontade assumida e documentada pela primeira vez em 1785 num argumento utilizado nas alegações em Tribunal contra os frades da Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco que pretendiam apoderar-se abusivamente e instalar-se na Igreja da Irmandade. O argumento merece ser lembrado: se fosse dada razão

aos frades, «ficaria em embrião todo o bem público que de tão florescente Irmandade podia resultar, assim como dum hospital para curativo dos Irmãos pobres e enfermos, que pretendia edificar depois de completar as obras da sua Igreja». (G.C. Leite, *A Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa erecta na Cidade do Porto*, Porto, 1939, p. 40).

Decorrido mais de um século, a Mesa que governou a Irmandade em 1888 fez exarar em acta o seu desejo de lançar os fundamentos de um hospital, que só não começava de imediato, declara, por notória falta de recursos. Dois anos depois, em 1890 a ideia continua cada vez mais

premente na cabeça e no coração dos dirigentes. Mas continuava a faltar dinheiro.

Carecia-se, pois, de encontrar um benemérito que oferecesse o bastante para dar início consistente à obra. Ora precisamente na sessão de 19 de Outubro de 1900 um dos Mesários trouxe a boa nova de que conhecia alguém com vontade de doar os fundos necessários para a construção.

2 – A PRIMEIRA GRANDE DOAÇÃO: UMA MULHER GÊNEROSA

Na sessão da Mesa Administrativa de 13 de Fevereiro de 1901 novos desenvolvimentos daquela notícia foram desvendados e pormenorizados. Uma senhora, Dona Luzia Joaquina Bruce, natural do Maranhão e residente no Porto, que se sabia muito próxima pelos afectos e pela vida do «brasileiro» e rico portuense João António de Lima, recentemente falecido, dispunha-se a oferecer vinte contos em dinheiro para a construção, acrescidos de mais 180 contos resultantes de obrigações que também legava, não já para o edifício em si, mas para a sustentação do hospital.

Punha, no entanto, algumas condições: os vinte contos iniciais eram para começo do hospital que teria de ser edificado precisamente na Alameda, sob pena de a doação volver nula. E quanto à vultuosa dádiva das obrigações, se o hospital não fosse construído ou não chegasse a receber doentes, retornaria à procedência. Tudo isto ficara exarado numa escritura notarial datada de 17 de Agosto de 1901.

Todavia não se mostrou nada fácil o arranque das obras. É que nem toda a gente, mesmo entre os irmãos, se mostrou entusiasmada com a perspectiva do novo Hospital. A própria Câmara Municipal deu crédito ou deu força a uma suspeita que se levantara de que o terreno da Alameda, onde se projectava erguê-lo,



Frontaria do Hospital da Lapa



Foto de José Pedro Durão

D. Luzia Joaquina Bruce

não pertencia à Irmandade mas sim ao município. Mas, na dúvida, licenciou a construção com algumas condições, entre as quais a obrigatoriedade a assumir pela Irmandade de nele serem tratados gratuitamente os alunos do Colégio dos Órfãos e do Asilo-Escola Maria Amélia, ambos de tutela concelhia.

Nem a descoberta de documentos no Arquivo da instituição que demonstravam que os terrenos eram propriedade da Irmandade demoveu a Câmara de continuar a insistir na sua pretensão de impor o acolhimento hospitalar dos órfãos do Colégio. Para evitar pleitos demorados e complicados, a Mesa Administrativa acedeu às exigências da Edilidade assinando um protocolo em que se comprometia a dar assistência aos ditos alunos dentro de determinadas condições. Mesmo assim, alcançado o acordo verbal, foi preciso esperar alguns meses para ele ser assinado.

Finalmente, por escolha de Dona Luzia Joaquina Bruce, em 18 de Agosto de 1902, dia em que se comemorava o aniversário da morte de João António de Lima, foi benzida e colocada a primeira pedra do novo Hospital da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa pelo Bispo D. António Barroso.

3 – A CONSTRUÇÃO

Mas quando é que começou realmente a sério a construção?

Quanto aos alicerces, seguramente pouco depois. A sessão de 17 de Outubro de 1902 documenta o passo seguinte que foi

a abertura das propostas apresentadas, em carta fechada, dos diversos concorrentes à construção do corpo central do edifício. Eram elas sete de pedreiro, cinco de carpinteiro e ferreiro e sete de trolha, pintor e vidraceiro.

A Mesa Administrativa examinou e voltou a examinar as candidaturas no objectivo de escolher as de maior garantia e confiança.

Foram escolhidas as mais favoráveis. E logo foi feita a adjudicação. Na sessão de 13 de Fevereiro de 1903 foram galardoados os primeiros trabalhadores, o aparelhador e o fiscal das obras, com o título de irmãos em virtude dos serviços prestados na construção dos alicerces. Nesse mesmo dia fez-se a arrematação da venda das árvores que obstavam à construção, sinal de que as obras avançavam devagar.

Não era por falta de dinheiro que os trabalhos não corriam com a velocidade desejada. O ambiente político era carregado por nuvens funestas que atentavam contra a autonomia das instituições de assistência e dos estabelecimentos de benemerência. A inclinação de alguns líderes de opinião que influenciavam o Estado e as suas leis ia no sentido do laicismo e, por isso, cada vez menos bastava às instituições religiosas ter dinheiro para construir. Era preciso obter autorizações político-burocráticas e impunham-se tectos nos gastos às ditas instituições. É sintomático que as Misericórdias e Ordens Terceiras tenham sentido a necessidade de se defender criando, em 1906, uma Comissão de Vigilância Permanente dos Estabelecimentos de Beneficência.

Provavelmente a Irmandade da Lapa teria menos razões de queixa, pois viria a ser autorizada por portaria de 11 de Setembro de 1903 a despender nas obras do hospital até dezoito contos de reis dos legados sem aplicação consignada de que ela fosse beneficiária. Daí que em 28 de Novembro de 1903 tenha sido possível ao Director comunicar à Mesa que as obras de pedreiro relativas ao corpo central do edifício estavam concluídas, achando-se próximo do fim as de carpinteiro, trolha e pintor. Era urgente proceder-se aos trabalhos de picheleiro.

Calculava-se que para o resto da cons-

trução se carecia ainda de uns dez contos. Como estava esgotada a verba de vinte contos em dinheiro deixada por Dona Luzia Joaquina Bruce, o Director propôs e a Mesa aprovou que se solicitasse um empréstimo que acabou por não ser contraído em virtude de terem surgido outros recursos.

Finalmente nos inícios de Março de 1904 o Director Ezequiel Vieira de Castro informou os Mesários de que se caminhava para os acabamentos finais, adivinhando-se como muito próximo o dia em que se poderiam receber os primeiros doentes. E propôs mesmo que se começasse a pensar numa inauguração, ainda que provisória, não só para se dar início à função de assistência aos irmãos pobres mas também porque enquanto se não efectuasse o internamento dos primeiros enfermos, não poderiam reverter para os cofres da Irmandade os rendimentos das obrigações doadas por Dona Luzia para o custeio do Hospital.

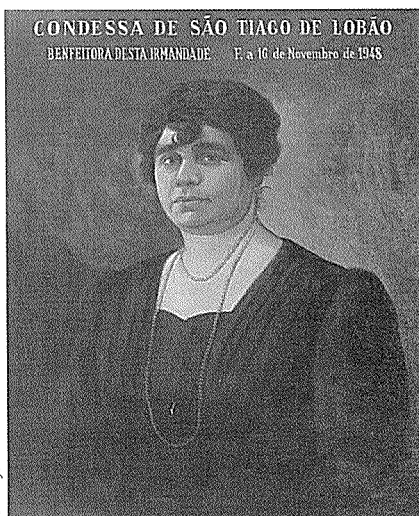
4 – A INAUGURAÇÃO

Estando as coisas neste pé, ansiava-se pela inauguração. Esse foi o assunto principal da agenda da reunião da Mesa Administrativa de 21 de Março de 1904. O Director pensara, semanas atrás, que seria bom marcar-se a cerimónia para o fim do mesmo mês de Março e efectuara diligências nesse sentido. A benfeitora, porém, fizera-lhe sentir por interpostas pessoas a vontade de que a inauguração se efectuasse apenas em Agosto, mais precisamente no dia de aniversário da



Foto de José Pedro Durão

João António de Lima



Condessa de S. Tiago de Lobão

morte de João António de Lima. A Mesa uma vez mais não teve dificuldade em apoiar por unanimidade a sua opinião e marcou a inauguração para o dia 18 de Agosto. Mas ainda não foi desta.

Em 14 de Agosto, quatro dias antes da data fixada, o Director deu conhecimento de que havia recebido uma carta de Dona Luzia Joaquina Bruce na qual, depois de tecer várias considerações, declara não consentir que a inauguração do Hospital se fizesse naquele dia, «sem que esteja assente no respectivo edifício a estátua do finado João António de Lima».

Posto o assunto à consideração de todos, embora o esculpir da estátua, que aliás fora uma iniciativa da Irmandade e não uma imposição das cláusulas de doação, não dependesse da Mesa e ainda que os irmãos pobres viessem a sofrer com novo adiamento, ele acabou por ser decretado.

Na sessão de 4 de Setembro o Director determinou que era tempo de se decidir sobre a data de inauguração, a fim de se não protelar por mais tempo o início das actividades de beneficência da Irmandade. Propôs, então, a data de 28 de Setembro por ser o dia de aniversário do Rei, Presidente Perpétuo da Irmandade. Foi unanimemente aprovada essa data. Combinou-se mais que a partir de 20 de Setembro se comesçassem a receber irmãos pobres doentes. O que efectivamente aconteceu, pois na quarta-feira, 21 de Setembro, foram aceites duas irmãs e logo depois mais dois enfermos.

O Rei D. Carlos I, convidado para a cerimónia de inauguração, apressou-se a

comunicar que não só se faria representar como confirmava a concessão do título de «Real» ao mesmo Hospital.

Quanto a Dona Luzia Bruce, continuava a não consentir que o estabelecimento fosse inaugurado sem a colocação da estátua de João António de Lima. E fez saber isso, fazendo publicar uma nota nos jornais do Porto do dia 20 de Setembro. Mas desta vez ninguém alvitrou qualquer adiamento. E a inauguração fez-se mesmo em 28 de Setembro de 1904.

Quanto à estátua de João António de Lima, da autoria do escultor portuense António Alves Pinto, ela podia ver-se nesse dia no pináculo do Hospital, ainda que a colocação definitiva e segura só ficasse pronta nos inícios do ano seguinte.

Como seria o aspecto físico do Hospital? À falta de registo fotográfico, os jornais da época ajudam-nos. A imagem não diferia muito do que hoje se pode observar. Mas a utilização dos espaços era naturalmente outra, a saber.

No rés-do-chão colocara-se a cozinha, a despensa e os arrumos.

No primeiro pavimento ficavam a sala de consultas, a sala de operações, a sala de desinfecção, dois quartos de banho e vários quartos para pensionistas.

No segundo pavimento, havia quatro grandes salas que serviriam de enfermarias, comportando cada uma delas cinco a seis camas.

As águas furtadas destinavam-se a habi-

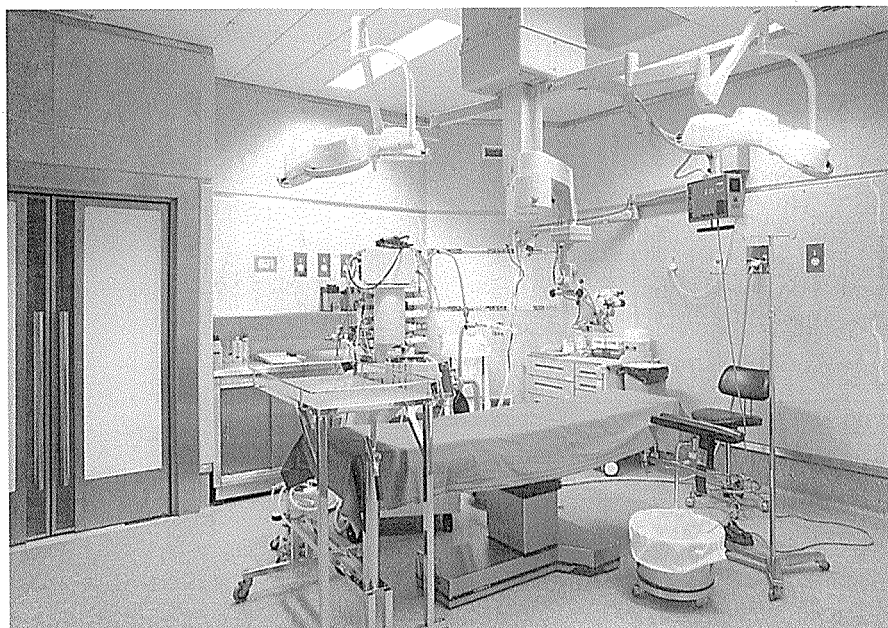
tação do pessoal de serviço, parte do qual vivia obrigatoriamente no Hospital.

5 – IRMÃOS E PENSIONISTAS

O Hospital não recebia apenas enfermos. Dada a necessidade de realizar fundos, desde a primeira hora acolheu pessoas, irmãos ou não, que a troco de importâncias interessantes, buscavam no Hospital o apoio que provavelmente em casa dificilmente obteriam, transformando-o assim num lar de acolhimento vitalício. A procura deste serviço durante os primeiros anos foi muito elevada, tendo obrigado até a Mesa Administrativa a transformar em quartos, espaços amplos que inicialmente se destinavam a enfermarias. A lógica deste serviço encaixava perfeitamente na lógica da procura de rentabilidade, não na perspectiva capitalista do lucro pelo lucro, mas antes na de que quanto mais se recebesse, de mais recursos se disporia para criar e oferecer melhores condições.

6 – MELHORIA E AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Crescer em espaço, transformar o hospital num «edifício grandioso na missão a que era destinado» era um objectivo assumido pelo menos desde 1912. Mas era igualmente urgente torná-lo confortável. Situado num ponto alto da cidade batido pelo vento, poucos anos decorridos sobre a inauguração sentia-se a



Uma das salas do Bloco Operatório



Busto em bronze da Condessa de S. Tiago de Lobão

necessidade de o dotar de aquecimento central e geral do edifício. Nos finais de 1913 estava em pleno funcionamento o aquecimento por vapor de água sob pressão. Para além de muito útil, o melhoramento encheu de orgulho a Mesa Administrativa, porquanto no Porto era o único a dispor de tal mais-valia e no País apenas oferecia semelhante conforto o Sanatório Sousa Martins na cidade da Guarda.

Um outro melhoramento enorme foi a substituição do gás pela electricidade na iluminação do Hospital, da Igreja e das Escolas. A decisão foi tomada em reunião de 7 de Janeiro de 1914 mas a sua concretização só se fez no ano seguinte.

O acompanhamento actualizado das tecnologias tanto no tratamento dos doentes como nas condições de trabalho nunca foi coisa de somenos para a Irmandade. É sintomático que em 1908, tenha sido aprovado o aluguer de um telefone para o Hospital para ajudar na rapidez das comunicações. E que em 1910 tenha sido instalado um outro telefone na Secretaria da Irmandade para garantir a ligação fácil desta ao corpo do Hospital. O dinamismo da Mesa Administrativa foi sempre notório independentemente das conjunturas políticas e parece não ter esmorecido depois da proclamação da República. O que parece ter afectado a vida quotidiana foi a Guerra, o agravamento do custo de vida e o aumento da

carência que se verificaram durante e depois do conflito. Isso vê-se nas enormes dificuldades que os fornecedores de víveres ao Hospital experimentaram para cumprir os contratos. Por exemplo, o Relatório de 1918 deixa bem claro que havia dinheiro mas não havia que comprar.

Mesmo assim a ampliação do Hospital evidenciou-se como uma necessidade ainda antes de decorridos dez anos da inauguração. E trabalhou-se muito para isso, pedindo-se mesmo a colaboração do Arquitecto Marques da Silva que projectou a chamada ala sul. Mas circunstâncias várias, entre outras a falta de meios, foram impedindo ou adiando a sua concretização até aos meados do século.

7 – A SEGUNDA GRANDE DOAÇÃO: OUTRA MULHER GENEROSA

Os meios apareceram com a doação muito significativa da Senhora Condessa de S. Tiago de Lobão cujo falecimento ocorreu em 16 de Novembro de 1948. As verbas disponibilizadas pela insigne benemérita permitiram refazer o projecto original e submetê-lo à aprovação da Comissão de Construções Hospitalares em 1949. Apenas em 1952 foram autorizadas as obras de ampliação do Hospital que começaram em 16 de Novembro de 1953 (5.º aniversário do passamento da Condessa) e terminaram em fins de 1957. A partir desse ano, os novos espaços, para além do aumento do número dos quartos, permitiram um redimensionamento do piso térreo com a instalação de vários gabinetes de médicos, de salas de curativos, de depósito de medicamentos e de um serviço de radiodiagnóstico.

Logo de seguida, a Mesa Administrativa abalçou-se a substituir o velho pavilhão norte por uma nova ala simétrica e paralela à anterior, igualmente dotada de três pisos, reservando-se o segundo para homens e o terceiro para mulheres. As obras deram-se por concluídas em meados de 1963.

O Pavilhão poente foi iniciado em 5 de Junho de 1971 e a sua construção durou cerca de ano e meio. Dotado igualmente de três pisos, o último foi reservado

para habitação das Irmãs Missionárias Franciscanas de Nossa Senhora que entraram ao serviço da Irmandade em Outubro de 1956.

Nos inícios de 1992 meteu-se ombros à ciclópica tarefa de construir o novo bloco operatório escavado na rocha dura, obra notável de arquitectura e engenharia hospitalares, dotado de quatro salas de operações e anexos, aparelhadas com o que havia de mais actual no campo da electromedicina e equipadas com instrumental cirúrgico adequado. Este melhoramento, que foi inaugurado em 11 de Fevereiro de 1995, colocou o Hospital da Lapa na cabeça do pelotão das instituições de saúde privadas em Portugal. O antigo bloco foi aproveitado para uma sala de cirurgia ambulatória e para duas unidades de partos, com os anexos dotados de aparelhagem e tecnologia avançadas. Aliás, o serviço de partos foi sempre importante na organização do hospital e até figurava na sua concepção original visto que entre os primeiros colaboradores constava uma parteira. Em 1997 foi criado um Centro de Consulta Permanente com enorme sucesso.

CONCLUSÃO

O Hospital da Lapa, que ora completa cem anos, tem sido uma instituição de referência na história da saúde e da assistência no norte de Portugal e, por isso, é a resposta factual à pergunta sempre pertinente: para que servem as Irmandades e Ordens Terceiras? A inspiração religiosa de base de quem o idealizou e de quem o financiou foi um estímulo nunca esquecido, o serviço aos irmãos pobres foi uma preocupação recorrente mas desde a primeira hora as necessidades de auto-sustentação levaram a que as suas portas se abrissem de par em par aos que podiam pagar, fossem ou não irmãos. Essa abertura, a capacidade permanente de se modernizar e actualizar, a vontade sempre demonstrada de se tornar atractivo, o desafio imposto mas assumido de ter que competir hoje com instituições congéneres, a dedicação e competência do seu pessoal garantem que as raízes profundas e o prestígio acumulado são o penhor de que aqui o futuro já começou ■